

REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DO SUBSÍDIO POR CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO

A Comissão de Relações de Trabalho, criada pelo Art. 162º do Regime Sucedâneo das Relações de Trabalho aplicável na TAP-Air Portugal, na sua reunião de 14 de Novembro de 1991, tomou, por unanimidade, a seguinte deliberação:

1. É atribuído um subsídio mensal, de montante equivalente a 3,5 % do valor-base considerado para a determinação do montante do subsídio de turnos, calculado com arredondamento para a meia centena de escudos superior, aos trabalhadores que exerçam com carácter de predominância, funções que revistam, nos termos do nº 4, penosidade em termos de esforço físico, condições ambientais e riscos aleatórios.
2. Para este efeitos, entende-se por:
 - a) **ESFORÇO FÍSICO** – o manuseamento, intermitente ou permanente de volumes, materiais, equipamentos, máquinas ou ferramentas, leves, médios ou pesados, em posturas de trabalho normais ou incómodas ou em circunstâncias excepcionais, as quais provocam fadiga física.
 - b) **CONDIÇÕES AMBIENTAIS** – a exposição individual, intermitente ou continuada, com intensidade variável, a elementos tais como: sujidade, pó, calor, frio, chuva, humidade, fumos, gases, ruídos, vibrações, produtos tóxicos, radiações ionizantes e não ionizantes, pressão barométrica e toda a gama de agentes químicos, físicos e biológicos.
 - c) **RISCOS ALEATÓRIOS** – o conjunto progressivo e universal que contém todas as circunstâncias de natureza fortuita que, durante a execução do trabalho, podem aumentar directamente o risco de acidente ou de aquisição de doença, mesmo depois de garantidas as medidas de segurança tanto individuais como do local de trabalho.
3. O subsídio só será devido perante o exercício de funções penalizadas pela conjugação daqueles três factores e, salvo o disposto no nº 3, apenas é pago enquanto existir prestação efectiva de trabalho nas condições referidas.
4. Para efeitos de atribuição de subsídio e como referencial para a tomada de decisão, consideram-se funções penalizadas aquelas que, pontuadas atinjam ou ultrapassem 22 pontos da tabela de avaliação de condições especiais de trabalho que se anexa, e que desta deliberação faz parte integrante.
5. Salvo o disposto no nº 6, deixará de haver lugar à percepção de subsídio logo que verificada uma ausência ao serviço que configure situação de impedimento prolongado.
6. Para efeitos do disposto no número anterior não são consideradas ausências resultantes de maternidade, doença profissional, acidente de trabalho, nem as motivadas pelo exercício de funções em organizações representativas de trabalhadores, estas até aos limites decorrentes do Instrumento de Regulamentação Colectiva do Trabalho em vigor.
7. Aos trabalhadores que ocupem postos de trabalho que, à luz do respectivo normativo, conferiam o direito à percepção do subsídio de intempérie e que por força da presente regulamentação não sejam abrangidos pelo subsídio ora criado, continuará a ser pago, nos termos do nº 5, o montante de € 18,95 (3.800\$00) enquanto se mantiverem as condições que deram lugar à atribuição daquele subsídio.
8. Aos trabalhadores que, por iniciativa da Empresa, deixem de trabalhar em condições penalizadas, definidas nos termos dos números anteriores, será mantido o pagamento do

montante que vinham auferindo, sendo o mesmo progressivamente diminuído em 15 % sempre que se verifique revisão da tabela salarial.

9. Aos trabalhadores que, em consequência de doença profissional ou de acidente de trabalho, deixem de trabalhar nas condições penalizadas e assim definidas, será mantido o pagamento do montante que vinham auferindo, sem qualquer actualização ou redução.
10. A atribuição do subsídio por condições especiais de trabalho compete ao DGPS, que – salvo nos casos de deferimento, em que tal diligência é opcional – fará preceder a sua decisão de parecer da Comissão de Higiene, Segurança e Condições de Trabalho.
11. A atribuição do subsídio produzirá efeitos reportados ao primeiro dia do mês seguinte àquele em que, manifestamente, for iniciada a prestação de trabalho nas condições que derem lugar à decisão favorável.
12. O presente regime entra em vigor no dia 01 de Novembro de 1991.

Nota: O valor do Subsídio por Condições Especiais de Trabalho é, desde 2002.07.01, de € 27,43.